

JUCESP
21 07 23



JUCESP PROTOCOLO
2.238.029/23-0



TIVIT HOLDING S.A.
CNPJ/MF 45.524.018/0001-20
NIRE 35300587863

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2023**

- 1. DATA, HORA E LOCAL:** Realizada no dia 28 de abril de 2023, às 10:00 horas, na sede social da Tivit Holding S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de Paulo, na Rua Bento Branco de Andrade, nº 621, Sala Matisse, Jardim Dom Bosco, CEP 04757-000.
- 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, em vista da presença da acionista representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, nos termos do § 4º do art. 124 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas da Companhia.
- 3. MESA: Presidente:** André Correia da Silva; **Secretário:** Paulo Sérgio Carvalho de Freitas
- 4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (i) apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (ii) proposta de destinação do resultado da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (iii) a reeleição dos membros da Diretoria Estatutária da Companhia; (iv) a fixação do limite de valor da remuneração global anual dos Diretores da Companhia; (v) orçamento financeiro da Companhia referente ao Exercício Social de 2023; (vi) a nomeação da Lopes, Machado Auditors, Tax, Consultants & Business Advisers como auditoria independente para o Exercício Social de 2023; e (vii) outros assuntos de interesse da Companhia.
- 5. DELIBERAÇÕES:** Instalada a Assembleia, após o exame e a discussão das matérias objeto da ordem do dia, os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, com a abstenção dos legalmente impedidos:
 - 5.1.** Aprovar as contas dos administradores, as demonstrações financeiras da Companhia e o parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022;
 - 5.2.** Aprovar a proposta da Diretoria constante das demonstrações financeiras da Companhia, para destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no valor de R\$ 14.598,85 (quatorze mil, quinhentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos), da seguinte forma:

DS
TSL

DS
S

DS
ACDS

DS
[Stamp]

31 07 20

(a) a quantia de R\$ 729,94 (setecentos e vinte e nove reais e noventa e quatro centavos) será destinada à constituição de reserva legal, nos termos do Artigo 193 da Lei das S.A.;

(b) a quantia de R\$ 3.467,23 (três mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e vinte e três centavos), correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, será distribuída aos acionistas como dividendo mínimo obrigatório, nos termos do Artigo 202 da Lei das S.A.;

(c) o saldo remanescente, no valor de R\$ 10.401,68 (dez mil, quatrocentos e um reais e sessenta e oito centavos), será destinado pela Companhia para a Reserva de Retenção de Lucros, nos termos do artigo 196 da Lei das S.A.

5.3. Reeleger para os cargos de membros da Diretoria Estatutária da Companhia:

(i) **André Correia da Silva**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 27.290.977-4SSP/SP e inscrito no CPF sob nº. 289.440.478-63, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Av. das Nações Unidas, 8.501, 9º andar, CEP 05423-110, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para o cargo de **Diretor Presidente**;

(ii) **Paulo Sérgio Carvalho de Freitas**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 04.801.039-1-IFP/RJ e inscrito no CPF sob o nº. 713.295.957-34, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Av. das Nações Unidas, 8.501, 9º andar, CEP 05423-110, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo para o cargo de **Diretor Financeiro**; e

(iii) **Tatiana Silva Lorenzi**, brasileira, casada, psicóloga, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.086.483-6 SSP/SC e inscrita no CPF sob o nº 016.290.749-42, residente e domiciliada na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, com endereço comercial na Av. das Nações Unidas, 8.501, 9º andar, CEP 05423-110, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para o cargo de **Diretora de Recursos Humanos e Compliance**; e

5.3.1. O mandato dos Diretores Estatutários é 01 (um) ano, sendo certo que estes permanecerão em seus respectivos cargos até que seja(m) reeleito(s) ou eleito(s) seu(s) substituto(s).

5.3.2. Os Diretores Estatutários ora reeleitos tomam posse em seus cargos, nesta data, mediante assinatura dos respectivos termos de posse (os quais seguem anexos a esta Ata na forma do Anexo I), a serem lavrados no livro de Atas das Reuniões da Diretoria, declaram conhecer plenamente a legislação, preencher todos os requisitos legais para o exercício dos cargos para os quais foram eleitos e não estarem impedidos de exercer a administração de sociedades e nem condenados ou sob efeito de condenação a pena que vede ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita, suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, contra o

DS
TSL

DS
&

DS
ACDS

DS


JUL 20 2023

sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, contra a fé pública ou contra a propriedade.

5.4. Ratificar que os Diretores Estatutários terão suas remunerações fixadas e pagas por empresa do grupo econômico da Companhia, onde cada um dos Diretores estará investido em cargos de mesma natureza.

5.5. Aprovar o orçamento financeiro da Companhia para o Exercício Social de 2023, conforme proposta da Diretoria.

5.6. Aprovar a nomeação da Lopes, Machado Auditors, Tax, Consultants & Business Advisers como auditoria independente responsável por auditar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao Exercício Social de 2022, as quais foram aprovadas nesta Assembleia.

5.8. Autorizar os administradores da Companhia a tomarem todas as medidas e praticarem todos os atos necessários para a efetivação das deliberações ora aprovadas.

6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata em forma de sumário, nos termos do §1º do Artigo 130 da Lei nº 6.404/76, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos.

São Paulo, 28 de abril de 2023.

Mesa:

DocuSigned by:
André Correia da Silva
CF872191D28E4C2
André Correia da Silva
Presidente

DocuSigned by:
Paulo Sérgio Carvalho de Freitas
05F2BAF0FE4C40E
Paulo Sérgio Carvalho de Freitas
Secretário

Acionista Presente:

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A.:

DocuSigned by:
Paulo Sérgio Carvalho de Freitas
05F2BAF0FE4C40E
Paulo Sérgio Carvalho de Freitas
Diretor Presidente

DocuSigned by:
Tatiana Silva Lorenzi
3A1E767FC80D446
Tatiana Silva Lorenzi
Diretora de Desenvolvimento Humano e Organizacional



TIVIT
HOLDING S.A.

TIVIT HOLDING S.A.
CNPJ/MF 45.524.018/0001-20
NIRE 35300587863

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2023**

ANEXO I

Termos de Posse da Diretoria Estatutária

TIVIT
HOLDING S.A.

TERMO DE POSSE

DIRETOR PRESIDENTE

ANDRÉ CORREIA DA SILVA

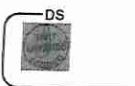
Nesta data, na sede social da **TIVIT HOLDING S.A.**, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de Paulo, na Rua Bento Branco de Andrade, nº 621, Sala Matisse, Jardim Dom Bosco, CEP 04757-000 ("Companhia"), foi reeleito o Sr. **ANDRÉ CORREIA DA SILVA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.290.977-4, expedida pelo SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 289.440.478-63, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Av. das Nações Unidas, 8.501, 9º andar, CEP 05423-110, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia, com mandato de 1 (um) ano, a partir da presente data, tendo declarado sob as penas da lei, não estar impedido de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, nos termos do artigo 147, §1º da Lei nº. 6.404/76. Desta forma, toma posse do seu cargo de Diretor Presidente da Companhia por meio da assinatura deste termo.

São Paulo, 28 de abril de 2023.

DocuSigned by:

André Correia da Silva

CF8721B1D28E4C2...
ANDRÉ CORREIA DA SILVA



TIVIT
HOLDING S.A.

TERMO DE POSSE

DIRETOR FINANCEIRO

PAULO SÉRGIO CARVALHO DE FREITAS

Nesta data, na sede social da **TIVIT HOLDING S.A.**, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de Paulo, na Rua Bento Branco de Andrade, nº 621, Sala Matisse, Jardim Dom Bosco, CEP 04757-000 ("Companhia"), foi reeleito o Sr. **Paulo Sérgio Carvalho de Freitas**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 04.801.039-1-IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº. 713.295.957-34, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 8.501, 9º andar, CEP 05423-110, para o cargo de Diretor Financeiro da Companhia, com mandato de 1 (um) ano, a partir da presente data, tendo declarado sob as penas da lei, não estar impedido de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, nos termos do artigo 147, §1º da Lei nº. 6.404/76. Desta forma, toma posse do seu cargo de Diretor Financeiro da Companhia por meio da assinatura deste termo.

São Paulo, 28 de abril de 2023.

DocuSigned by:



DSF2BAF0FE4C40E...

PAULO SÉRGIO CARVALHO DE FREITAS

DS

TERMO DE POSSE

TERMO DE POSSE

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS E COMPLIANCE

TATIANA SILVA LORENZI

Nesta data, na sede social da **TIVIT HOLDING S.A.**, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de Paulo, na Rua Bento Branco de Andrade, nº 621, Sala Matisse, Jardim Dom Bosco, CEP 04757-000 ("Companhia"), foi reeleita a Sra. **Tatiana Silva Lorenzi**, brasileira, casada, psicóloga, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 3.086.483-6-SSP/SC, e inscrita no CPF/MF sob nº 016.290.749-42, residente e domiciliada na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, com domicílio comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 8.501, 9º andar, CEP 05423-110, para o cargo de Diretora de Recursos Humanos e Compliance da Companhia, com mandato de 1 (um) ano, a partir da presente data, tendo declarado sob as penas da lei, não estar impedida de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, nos termos do artigo 147, §1º da Lei nº. 6.404/76. Desta forma, toma posse do seu cargo de Diretora de Recursos Humanos e Compliance da Companhia por meio da assinatura deste termo.

São Paulo, 28 de abril de 2023.

DocuSigned by:

Tatiana Silva Lorenzi

8A1E767FC80D446

TATIANA SILVA LORENZI



ATIVIT Tercirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.

CNPJ nº 07.073.027/0001-53

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Receita Líquida de Serviços, Custos dos serviços prestados, Lucro Bruto, Despesas Operacionais, etc.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include (Prejuízo) Lucro Líquido do Exercício, Ajuste de conversão de demonstrações financeiras, etc.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Receitas, Vendas de serviços, Insumos Adquiridos de Terceiros, Depreciação, etc.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento, Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Tivit Tercirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 2 de março de 2006, com sede na Rua Bento Branco de Andrade Filho, 621, cidade e distrito de São Paulo, São Paulo, SP.

preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lido a fôlha. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente estas, estão sendo evidenciadas expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira. 2.2. Base de trabalho: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base em registros contábeis, exceto das contrapartidas pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pelo pagamento de uma passiva em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outras técnicas de avaliação. As estimativas de valor são determinadas com base em informações disponíveis e são consideradas razoáveis. O valor justo para fins de mensuração de ativos ou passivos não é determinado com base em operações de arrendamento que não tenham sido divulgadas em demonstrações financeiras individuais e consolidadas e determinadas de acordo com o CPC 06 (R2).

Table with columns: Empresa, País, Tipo de controle, Participação no capital social - %. Rows include Tivit USA LLC, Tivit One Cloud, Tivit Colombia Tercirização de Processos, etc.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil incluem as interpretações técnicas emitidas pela Comissão de Práticas Contábeis Brasileiras e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelas instituições na legislação contábil - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Como não existe diferença entre a contabilidade consolidada e o resultado consolidado atribuídos aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas, o resultado de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais

continua ->

TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.

CNPJ nº 07.073.027/0001-53

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhões de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Empresa	País	Tipo de controle	Participação no Capital Social - %	
			31/12/2022	31/12/2021
Controladoras indiretas por meio da Tivit Holding				
Conpay Tecnologia e Pagamentos S.A. (****)	Brazil	Indireto	100,00	-
TBank Instituição de Pagamentos S.A.	Brazil	Indireto	100,00	-

2.4. Informação por segmentos: Segmentos operacionais são definidos como componentes de um negócio para os quais demonstrações financeiras separadas estão disponíveis, não limitadas às receitas, e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacional na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. A Companhia organiza-se em um único segmento operacional, de serviços de tecnologia. **2.5. Combinação de negócios:** Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos incorridos/assumidos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos. O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida, se houver, sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos existentes na data de aquisição. Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios de negócios estiver incompleta no encerramento do período em que essa combinação ocorreu, a Companhia registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração, ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição, ou quais, se conhecidos, tenham afetado os valores reconhecidos naquela data. **2.6. Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da Companhia são elaboradas com base na interpretação técnica ICPQ (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é alocado ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia em ativos e passivos contingentes identificáveis da adquirida que não estiver de acordo com o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do exercício. As contrapartidas transferidas e o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensurados utilizando os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritas anteriormente. **2.6. Moeda funcional e moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. As demonstrações financeiras individuais de cada controladora da Companhia são elaboradas com base na moeda funcional de cada uma dessas empresas, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual cada uma opera. As moedas funcionais de cada controladora direta ou indireta é a respectiva moeda em cada um dos países, com exceção da Tivit USA, para a qual a moeda funcional é o real (R\$), por se tratar de uma extensão das operações e atividades da Companhia brasileira. Para fins de apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o período; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido (o atribuídas às participações não controladoras, conforme apropriado). Quando há taxa de uma operação no exterior (exemplos: baixa integral da participação em uma operação no exterior, perda de controle sobre uma empresa investida que possui operações no exterior ou a baixa parcial de um investimento em controlada em conjunto ou coligada que possui operação no exterior no qual a participação seja o ativo financeiro), todo o montante da variação cambial acumulada referente a essa operação registrada no patrimônio líquido da Companhia é reclassificado para o resultado do exercício. Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo ajustado em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente na data da transação. Os ganhos e as perdas decorrentes do aumento ou da redução dos itens monetários em moeda estrangeira são registrados em cada uma das empresas, são reconhecidos no resultado, conforme sua ocorrência. **2.7. Caixa e equivalentes de caixa:** Instrumentos financeiros primários em caixa, saldo em bancos e aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário - CDBs e debêntures compradas. Estão demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazo fixo para resgate) e liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os saldos em caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo a seus rendimentos, são registrados no resultado. **2.8. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo pelo resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre de acordo com a classificação dos instrumentos. **2.9. Instrumentos financeiros - mensuração subsequente:** (i) mensurado ao custo amortizado; (ii) mensurado pelo resultado e (iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **2.9. Instrumentos financeiros derivativos:** As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas pela Companhia e por suas controladas, resumem-se em "swaps", que visam exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial. Esses instrumentos financeiros derivativos estão sendo apresentados líquidos com o seu passivo financeiro, uma vez que a Companhia possui um direito legal e possui a intenção de realizar este instrumento financeiro derivativo simultaneamente com seu passivo. São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, tais como taxas de juros e câmbio. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mídias de operação de cada instituição financeira envolvida. **2.10. Contas a receber e provisões para perdas de crédito esperadas ("PCE")** Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de serviços no decorrer normal das atividades da Companhia. A provisão para perdas de crédito esperadas ("PCE") é constituída com base em análise dos valores a receber, considerando a perda esperada. A PCE foi constituída em montante considerado pela Administração suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação do crédito junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes. O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de realização. **2.11. Ativos Intangíveis a) Ágio:** O ágio resultante de uma combinação de negócios é reconhecido como um ativo na data em que o controle é adquirido, ou seja, na data de aquisição. O ágio é mensurado pelo excedente da soma das contrapartidas transferidas, pelo montante da participação não controladora e pelo valor justo das participações mantidas anteriormente na adquirida, se houver, em relação ao valor justo dos ativos identificáveis adquiridos líquidos dos passivos assumidos, na data de aquisição. O ágio não é amortizado; entretanto, sua recuperação é revista anualmente. Para fins de teste de redução ao valor recuperável (teste de "impairment"), o ágio foi alocado para a Companhia como um todo por este representar o menor nível dentro da Companhia no qual o ágio é monitorado para fins gerenciais internos. Portanto, o ágio é submetido anualmente a testes de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que poderia apresentar indicadores de perda no valor recuperável de seus ativos. Se o valor recuperável for menor que o seu valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil desse ágio. Uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida sobre um ágio não é revertida em período posterior. Os ágios gerados na aquisição de investimentos são segregados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (UGC). No caso da Companhia, essa segregação é feita por país. **b) Outros Intangíveis: Software:** Registrados pelo custo de aquisição e amortizados durante o prazo da licença (período útil). Duração de prestação de serviços a clientes, mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações, calculadas com base na rentabilidade futura de cada operação, suportada por laudos de avaliação econômica preparados por empresa especializada. Os contratos de prestação de serviços de processamento de dados, com prazos que variam de cinco a dez anos, são reconhecidos inicialmente pelo custo total e amortizados de forma linear, pelo prazo do contrato. **Carteira de clientes:** Apresentados de acordo com a alocação do preço pago à carteira de clientes em combinação de negócios. A amortização desses saldos está sendo calculada de forma linear com prazos de 8 a 17 anos, conforme laudos de avaliação econômico-financeira.

2.12. Mobilização: Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme segue:

	Ágio
Edifícios	50
Instalações	15 a 20
Móveis e utensílios	12
Benefícios em propriedades de terceiros	6
Máquinas e equipamentos	5 a 25
Computadores e periféricos	4 a 8
Veículos	5
Dirito de uso - edificações	6

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, anualmente. O valor residual dos itens do imobilizado é baseado inicialmente no seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável. **2.13. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluído o ágio:** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante reconhecido do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não há forma possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da Unidade Geradora de Caixa - UGCs à qual pertence o ativo. Quando a base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às UGCs individuais ou ao menor grupo de UGCs para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso, são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano, e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuro estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuro não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou UGC) for maior que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida, subsequentemente ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou UGC) para a estimativa revisada de valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou UGC) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável e reconhecida imediatamente no resultado. **2.14. Arrendamentos:** São classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais. Os ativos adquiridos por meio de arrendamento financeiro são inicialmente reconhecidos como ativos da Companhia pelo seu valor justo no início do arrendamento ou, se inferior, pelo valor presente do pagamento mínimo do arrendamento. O passivo correspondente ao arrendamento é apresentado no balanço patrimonial como uma obrigação de arrendamento financeiro. Os pagamentos referentes ao arrendamento financeiro são variáveis monetárias e o câmbio conforme previsto no contrato, se incorridos até a data da redução, conforme em relação ao saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos diretamente no resultado, a menos que possam ser diretamente atribuídos aos ativos qualificados, caso em que são capitalizados. **2.15. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação, nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos financeiros variáveis monetários e o câmbio conforme previsto no contrato, se incorridos até a data da redução, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14. Os juros pagos são classificados como fluxos de caixa de financiamento, porque na avaliação da Administração são custos de obtenção de recursos financeiros ou retornos sobre investimentos. **2.16. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em "Outros resultados abrangentes". **2.17. Resultados de operações em moeda estrangeira:** São apresentados em "Outros resultados abrangentes" no balanço patrimonial, ou quando eles são originados na contabilização inicial de uma combinação de negócios. No caso de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios. **2.17. Reconhecimento de receitas:** **2.17.1. Prestação de serviços:** Compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de impostos, que são estimados de deduções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares. As receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação que a Companhia espera ter direito em troca de transferência dos serviços para o cliente. As receitas são reconhecidas conforme os seguintes critérios - Receitas relacionadas ao gerenciamento e direito de uso de infraestrutura, baseadas em ambientes tradicionais dedicados em data centers da Companhia, em nuvem fornecida pela Companhia ou em nuvem de terceiros e respectivos serviços de conectividade e de equipes de suporte localizadas internamente ou nos clientes; e reconhecidas no resultado mensalmente conforme os serviços são prestados, iniciando-se na data em que os serviços são disponibilizados ao cliente e todos os outros critérios de reconhecimento de receitas são atendidos. **2.17.2. Programa de compra de ações:** O programa de compra de ações da Companhia para empregados e administradores é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da compra. Os detalhes e o impacto da distribuição de ações são apresentados na nota explicativa nº 28. O valor justo das ações concedidas determinado na data da outorga é registrado como despesa operacional com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período de validade dos instrumentos patrimoniais, ou passivo, quando a liquidação do plano é feita em dinheiro, durante o período que os participantes de aquisição não intencionalmente o direito às opções. No fim de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que será adquirida. O impacto da redução em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflete as estimativas revisadas com o correspondente ajuste ao patrimônio líquido ou passivo, nas rubricas "Reserva de compra de ações liquidadas com instrumentos de patrimônio" ou "Demais contas a pagar" no passivo não circulante, respectivamente. Em caso de instrumentos passivos, o valor justo também é mensurado a cada data de reporte e, se necessário, efetuando o ajuste do patrimônio líquido. **2.18. Recuperação de ações:** Recupera de ações (ações em tesouraria): Quando o capital social reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da consideração paga, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquidos de quaisquer efeitos tributários, e reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou remidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento do patrimônio líquido e o ganho ou perda resultantes da transação são apresentados como reservas de capital. **2.20. Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. **2.21. Outros resultados abrangentes:** Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa que não são reconhecidos no resultado corrente como requerido ou permitido pelos pronunciamentos e pelas interpretações e orientações emitidas pelo CPC e as IFRS. No caso da Companhia, esses itens poderão ser revertidos para ao resultado quando da liquidação das operações ou pela alienação das investidas. **2.22. Reserva legal:** De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. **2.23. Reservas de capital:** Representam substancialmente os custos com o plano de opção de ações e juros por incorporação. **2.24. Reserva de retenção de lucros:** A reserva de retenção de lucros tem como objetivo principal o financiamento de futuros projetos de investimento da Companhia. **2.25. Dividendos:** A proposta de distribuição de dividendos é aprovada pelo conselho de administração da Companhia, que estiver contemplada na parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, e registrada como passivo na rubrica "Dividendos a pagar", conforme nota explicativa nº 21. **2.26. Lucro líquido e diluição por ação:** O lucro líquido por ação é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o exercício. O lucro líquido por ação é calculado considerando-se o lucro líquido atribuído aos acionistas controladores e a quantidade média ponderada de ações em circulação, considerando os efeitos de todas as ações potenciais diluídas. Todos os instrumentos e contratos que possam resultar na emissão de ações são considerados ações potenciais. **2.27. Demonstrações dos fluxos de caixa:** Foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Diretiva da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 411, de 5 de outubro de 2010, que aprova o pronunciamento técnico IAS 7/CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa, de 28 de novembro, alterações e interpretações dos pronunciamentos de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2022. Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos e seguiu, emitiu pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram em vigor para períodos contábeis iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022. Não houve emissão de novas normas aplicáveis a Companhia neste período.

DIRETORIA

Paulo Sergio Carvalho de Freitas Diretor Presidente e Diretor Executivo Financeiro	Tatiana Silva Lorenzi Diretora Executiva de Desenvolvimento Humano e Organizacional e Diretora Executiva Comercial	Eduardo Sodero Rezende Diretor Executivo de Relações com Investidores e Diretor Executivo de Operações
--	--	--

CONTADORA

Alessandra de Araújo
CRC nº 1 SP 255548/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas completas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço <https://livro.com/vivit/>. O relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 26 de abril de 2023 sob suas modificações.

ESTADÃO

PUBLICIDADE LEGAL

Referência editorial em Economia & Negócios

14 meses de conteúdo impresso mais admiário de País

148 anos de qualidade e credibilidade editorial

Veiculação impressa diária de Publicidade Legal

Plataforma Estadão.RI de Atos Societários e Fatos Relevantes

Contato comercial - Fone: (11) 3856-2442 | publicidade.legal@estadao.com

Publique os atos societários da sua empresa no Estadão. Aqui sua publicidade legal é vista com transparência e credibilidade.

ESTADÃO RI **ESTADÃO BLUE STUDIO** **ESTADÃO**

LEIA O QR CODE E ACESSE O PORTAL DO ESTADÃO RI

